



**RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO
PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO
E DE AJUSTE FISCAL – PAF DO
ESTADO DO ACRE
EXERCÍCIO DE 2021**

Rio Branco – AC, 29 de abril de 2022



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DA CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - DICONGE

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado do Acre (PAF/AC), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 015/98 - STN/COAFI, de 30 de abril de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496, de 11/09/97, alterada pelas Leis Complementares nº 148, de 25/11/2014 e nº 156, de 28/12/2016, e da Resolução do Senado Federal nº 106/98.

O Programa dá cumprimento ao disposto no referido contrato e seus aditivos posteriores. A presente revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2021 e estimativas para os exercícios de 2022 e 2023.

Para fins de conceitos e definições, adotará aqueles contidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

As receitas e despesas observarão as disposições do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e do Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF).

Assim, busca-se expressar a continuidade do processo de reestruturação e de ajuste fiscal do Estado do Acre, bem como evidenciar as ações adotadas para o alcance das metas e compromissos assumidos pelo Governo do Acre na 18ª (décima oitava) revisão do PAF.

Para este fim, analisa a execução orçamentária e financeira do Estado do Acre, considerando todas as fontes de recursos, com base nos demonstrativos contábeis e fiscais consolidados que compõem o Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA.

Dessa forma, o relatório traz uma síntese geral do desempenho fiscal do Estado do Acre em relação às metas que foram estabelecidas para o exercício de referência, bem como apresenta as perspectivas fiscais para os dois exercícios financeiros subsequentes, sendo composto dos seguintes itens:

Dois assinaturas manuscritas em tinta azul, uma menor e uma maior, localizadas no canto inferior direito da página.

2

1. SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO ACRE EM 2021

O Estado do Acre passou a integrar-se ao esforço de ajuste e reestruturação das contas públicas em nível nacional. A intensidade do ajuste fiscal no Estado tem como fundamento assegurar melhorias na prestação dos serviços essenciais à população, bem como, um instrumento de gerência das contas públicas do Estado e sustentação fiscal e financeira em bases permanentes.

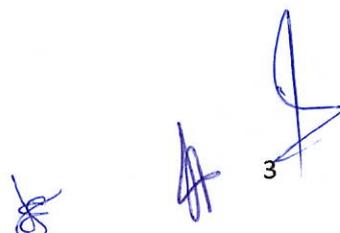
A análise da situação fiscal aborda a execução orçamentária e as metas fiscais, apresentando os resultados obtidos com as metas de receitas não-financeiras, despesas não-financeiras e montante da dívida.

1.1. RECEITAS

As receitas brutas arrecadadas em 2021, nelas compreendidas as receitas correntes, receitas de capital e receitas intraorçamentárias totalizaram o montante de **R\$ 9.096.647.758,47** (nove bilhões, noventa e seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos), representando variação nominal positiva de **15,28%**, em relação ao exercício anterior.

Foram realizadas **118,42%** das receitas previstas que correspondem ao valor total de **R\$ 7.681.707.134,14** (sete bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, setecentos e sete mil, cento e trinta e quatro reais e quatorze centavos) para o exercício de 2021.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias **R\$ 2.333.991.422,61** (dois bilhões, trezentos e trinta e três milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e um centavos) e as transferências correntes **R\$ 5.763.171.898,59** (cinco bilhões, setecentos e sessenta e três milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir.



3

Quadro I – Receita Bruta Prevista e Arrecadada no exercício de 2021.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA					
RECEITAS	2021			2020	VARIÇÃO NOMINAL 2021/2020 (%)
	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	%		
RECEITAS CORRENTES	6.788.718.879,24	8.600.597.956,81	126,68	7.216.228.795,09	19,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.927.940.462,19	2.333.991.422,61	121,06	1.884.042.632,02	23,88
Contribuições	250.326.204,99	254.918.993,30	101,83	239.553.474,45	6,41
Receita Patrimonial	10.764.699,79	109.012.546,82	1012,69	8.179.616,47	1.232,73
Receita Agropecuária	349.000,00	64,18	0,02	244.495,05	-99,97
Receita Industrial	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	40.989.952,94	46.102.295,12	112,47	75.100.353,22	-38,61
Transferências Correntes	4.481.239.841,72	5.763.171.898,59	128,61	4.936.858.258,55	16,74
Outras Receitas Correntes	76.908.717,61	93.400.736,19	121,44	72.249.965,33	29,27
RECEITAS DE CAPITAL	633.782.817,87	70.019.579,85	11,05	217.612.919,30	-67,82
Operações de Crédito	378.193.415,59	34.674.113,15	9,17	133.619.549,73	-74,05
Alienação de Bens	0,00	855.060,57	0,00	1.797.939,49	-52,44
Amortização de Empréstimos	0,00	184.902,22	0,00	162.774,09	13,59
Transferências de Capital	255.589.402,28	34.305.503,91	13,42	82.032.655,99	-58,18
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	259.205.437,03	426.030.221,81	164,36	457.072.487,58	-6,79
TOTAL DA RECEITA BRUTA	7.681.707.134,14	9.096.647.758,47	118,42	7.890.914.201,97	15,28

Fonte: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil, Unidade Responsável: Diretoria da Contabilidade Geral do Estado.

1.1.1. RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes advêm das receitas realizadas pelo Estado do Acre, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, contribuições, serviços, transferências constitucionais, transferências voluntárias e outras.

No exercício de 2021, as receitas correntes totalizaram **R\$ 8.600.597.956,81** (oito bilhões, seiscentos milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos) o que equivale a **126,68%** das receitas correntes anuais previstas e a **94,55%** do total das receitas arrecadadas no exercício.

Além disso, as receitas correntes tiveram crescimento nominal de **19,18%** quando comparadas ao exercício anterior.

1.1.1.1. RECEITAS TRIBUTÁRIAS

No acumulado do ano de 2021, a arrecadação tributária, principal item das receitas correntes, alcançou o montante de **R\$ 2.333.991.422,61** (dois bilhões, trezentos e trinta e três milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e um centavos) o que representou aumento nominal de **23,88%** em relação ao ano anterior. Isto corresponde a **25,66%** do total da receita do Estado do Acre.

Quadro II – Receita Tributária Prevista e Arrecadada no exercício de 2021.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA					
RECEITA TRIBUTÁRIA	2021			2020	VARIÇÃO NOMINAL 2021/2020 (%)
	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	%		
IRRF	397.298.051,05	465.574.452,39	117,19	408.169.350,69	14,06
IPVA	76.100.000,00	75.771.859,72	99,57	76.012.647,19	-0,32
ITCMD	4.900.000,00	6.883.005,03	140,47	4.353.882,57	58,09
ICMS	1.373.700.000,00	1.699.401.407,40	123,71	1.374.411.190,82	23,65
TAXAS	75.942.411,14	86.360.698,07	113,72	21.095.560,75	309,38
TOTAL DA RECEITA	1.927.940.462,19	2.333.991.422,61	121,06	1.884.042.632,02	23,88

Fonte: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil, Unidade Responsável: Diretoria da Contabilidade Geral do Estado.

No que se refere aos impostos, o ICMS, principal tributo do Governo do Estado do Acre, obteve arrecadação de **R\$ 1.699.401.407,40** (um bilhão, seiscentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e um mil, quatrocentos e sete reais e quarenta centavos) em 2021, o equivalente a **72,81%** da receita tributária.

Foram realizados **123,71%** da previsão anual da arrecadação. Na comparação com o exercício anterior, houve variação nominal positiva de **23,65%**.

Quanto ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, foram arrecadados **R\$ 465.574.452,39** (quatrocentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos) em 2021.

Isto representa crescimento nominal de **14,06%** em relação ao ano anterior, impulsionado pela retenção sobre pagamentos no âmbito dos órgãos pertencentes ao Estado do Acre e pelo aumento da base de arrecadação por meio da incidência, a partir de janeiro de 2021, sobre os fornecimentos de bens ao Governo do Estado.

Por sua vez, o IPVA alcançou o montante de **R\$ 75.771.859,72** (setenta e cinco milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos) em 2021, o que representa queda de **-0,32%** em relação ao exercício anterior. O imposto foi responsável por **3,25%** do total da receita tributária do exercício.

É importante destacar que, em 2021, a pandemia da COVID-19 causou diversos impactos econômicos, em razão das medidas adotadas para mitigar sua disseminação, como a restrição temporária das atividades comerciais e da circulação das pessoas. No entanto, verifica-se que, no decurso de 2021, mesmo afetado pelo estado de calamidade pública nacional, como demonstrado, a receita tributária do Estado do Acre teve desempenho superior ao do exercício de 2020, evidenciando os esforços para o alcance do equilíbrio fiscal.

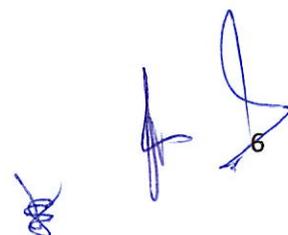
1.1.1.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, compostas principalmente pelas transferências constitucionais e legais da União para o Estado do Acre, totalizaram **R\$ 5.763.171.898,59** (cinco bilhões, setecentos e sessenta e três milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos) em 2021, o que representa **63,35%** do total das receitas. Na comparação com o exercício anterior, houve aumento nominal de **16,74%**.

1.1.2. RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital perfizeram o montante de **R\$ 70.019.579,85** (setenta milhões, dezenove mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) em 2021, contemplando os ingressos de operações de crédito **R\$ 34.674.113,15** (trinta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, cento e treze reais e quinze centavos), alienação de bens **R\$ 855.060,57** (oitocentos e cinquenta e cinco mil, sessenta reais e cinquenta e sete centavos), amortizações de empréstimos **R\$ 184.902,22** (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e dois reais e vinte e dois centavos), transferências de capital **R\$ 34.305.503,91** (trinta e quatro milhões, trezentos e cinco mil, quinhentos e três reais e noventa e um centavos).

Foram realizadas **11,05%** da previsão da receita, com queda nominal de **-67,82%** na comparação com o exercício anterior.



Quadro III – Demonstrativo das Receitas de Arrecadação Própria

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA					
RECEITAS	2021			2020	VARIÇÃO NOMINAL 2021/2020 (%)
	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	%		
RECEITAS CORRENTES	6.788.718.879,24	8.600.597.956,81	126,69	7.216.228.795,09	19,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.927.940.462,19	2.333.991.422,61	121,06	1.884.042.632,02	23,88
IRRF	397.298.051,05	465.574.452,39	117,19	408.169.350,69	14,06
IPVA	76.100.000,00	75.771.859,72	99,57	76.012.647,19	-0,32
ITCMD	4.900.000,00	6.883.005,03	140,47	4.353.882,57	58,09
ICMS	1.373.700.000,00	1.699.401.407,40	123,71	1.374.411.190,82	23,65
TAXAS	75.942.411,14	86.360.698,07	113,72	21.095.560,75	309,38
Contribuições	250.326.204,99	254.918.993,30	101,83	239.553.474,45	6,41
Receita Patrimonial	10.764.699,79	109.012.546,82	1012,69	8.179.616,47	1232,73
Aplicações Financeiras	10.216.649,79	39.906.760,39	390,61	7.918.028,77	404,00
Demais Receitas Patrimoniais	548.050,00	69.105.786,43	12609,39	261.587,70	26317,83
Receita Agropecuária	349.000,00	64,18	0,02	244.495,05	-99,97
Receita Industrial	200.000,00	0	0,00	0	0,00
Receita de Serviços	40.989.952,94	46.102.295,12	112,47	75.100.353,22	-38,61
Transferências Correntes	4.481.239.841,72	5.763.171.898,59	128,61	4.936.858.258,55	16,74
Cota Parte do FPE	3.357.108.460,75	4.419.629.479,53	131,65	3.210.184.578,00	37,68
Transferências LC 87/96 (Lei Kandir)	1	0	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	682.867.169,46	829.679.279,89	121,50	617.998.582,65	34,25
Outras Transferências Correntes	441.264.210,51	513.863.139,17	116,45	1.108.675.097,90	-53,65
Outras Receitas Correntes	76.908.717,61	93.400.736,19	121,44	72.249.965,33	29,27
DEDUÇÕES	935.196.701,64	1.190.935.091,38	127,35	890.639.230,29	33,72
Rec. formação do FUNDEB	886.196.281,64	1.148.021.827,32	129,54	856.834.460,26	33,98
Rec. de Taxas prestação de Serviços	20.770.920,00	19.161.455,25	92,25	7.100.000,00	169,88
Dedução dos Investimentos RPPS	0,00	0,00	0,00	7.362,18	-100,00
Compensação Financeira RPPS	28.229.500,00	23.751.808,81	84,14	26.697.407,85	-11,03
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	5.853.522.177,60	7.409.662.865,43	126,58	6.325.589.564,80	17,14
RECEITA PRÓPRIA	1.871.734.836,68	2.308.193.036,63	123,32	1.836.585.749,23	25,68

Fonte: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil, Unidade Responsável: Diretoria da Contabilidade Geral do Estado.

As receitas próprias do Estado do Acre alcançaram o montante de **R\$ 2.308.193.036,63** (dois bilhões, trezentos e oito milhões, cento e noventa e três mil, trinta e seis reais e sessenta e três centavos) em 2021, superando em **R\$ 436.458.199,95** (quatrocentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) o valor projetado de **R\$ 1.871.734.836,68** (um bilhão,

oitocentos e setenta e um milhões, setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Desse cômputo, de acordo com a metodologia do Programa, não estão incluídos os valores oriundos do imposto de renda retido na fonte (R\$ 465.574.452,39), aplicações financeiras da receita patrimonial (R\$ 39.906.760,39), transferências correntes (R\$ 5.763.171.898,59) e a compensação financeira entre regimes de previdência (R\$ 23.751.808,81).

Comparando-se os resultados alcançados em 2021 com o exercício anterior, observa-se aumento nominal de **25,68%** nas receitas de arrecadação própria, em virtude do desempenho da arrecadação tributária, visto que as demais receitas apresentaram acréscimo e decréscimo no período, conforme segue: Contribuições (**6,41%**); Receita Patrimonial (**1232,73%**); Receita Agropecuária (**-99,97%**); Receita Industrial (**0,00%**); Receita de Serviços (**-38,61%**); e Outras Receitas Correntes (**29,27%**).

1.2. DESPESAS

No exercício de 2021, as despesas empenhadas totalizaram R\$ 7.878.060.958,75 (sete bilhões, oitocentos e setenta e oito milhões, sessenta mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos) correspondendo a **92,67%** da despesa prevista. Comparando-se o montante acima com o valor empenhado no exercício anterior, observa-se aumento nominal de **14,47%**.

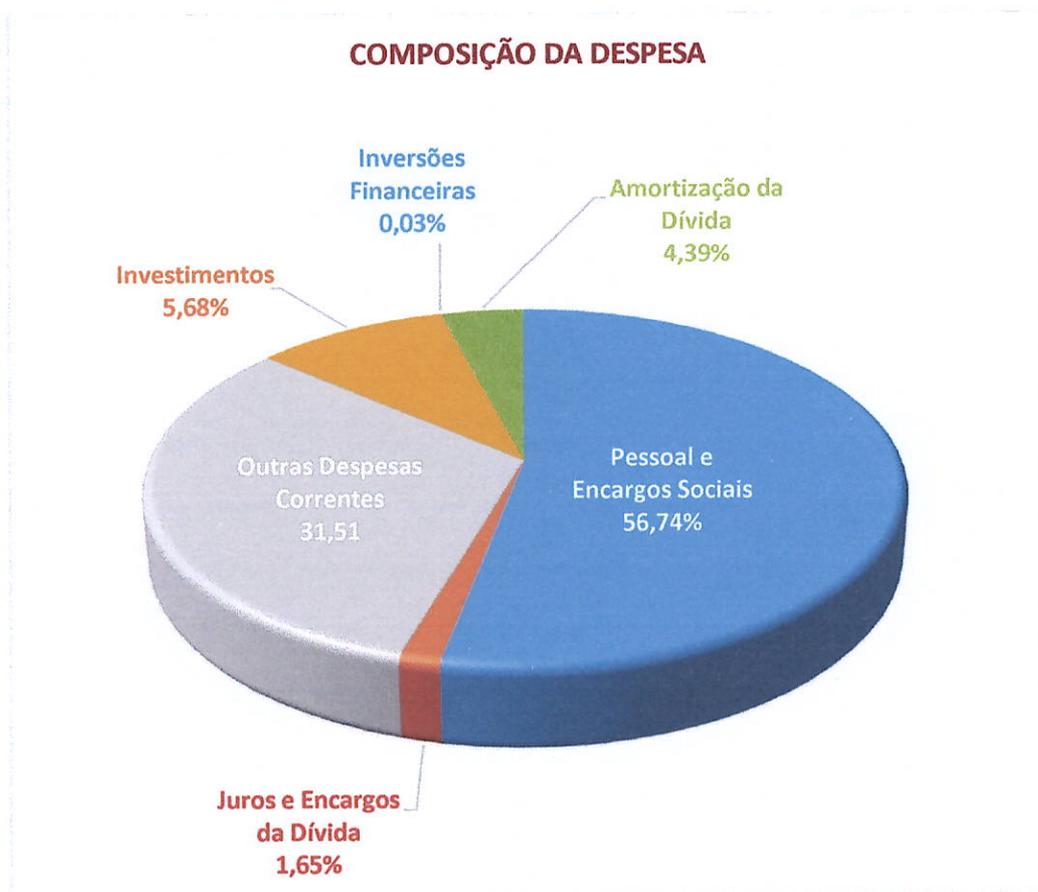
Quadro IV – Demonstrativo da Despesa exercício de 2021

DEMONSTRATIVO DA DESPESA					
DESPESAS	2021			2020	VARIÇÃO NOMINAL 2021/2020 (%)
	PREVISÃO	REALIZADO	%		
DESPESAS CORRENTES	7.347.140.144,04	7.082.664.859,97	96,40	6.219.740.209,66	13,87
Pessoal e Encargos Sociais	4.513.900.840,20	4.469.647.382,16	99,02	4.115.868.074,04	8,60
Juros e Encargos da Dívida	130.258.736,11	130.254.723,25	99,99	109.636.552,59	18,81
Outras Despesas Correntes	2.702.980.567,73	2.482.762.754,56	91,85	1.994.235.583,03	24,50
DESPESAS DE CAPITAL	1.153.720.525,05	795.396.098,78	68,94	662.257.245,18	20,10
Investimentos	805.874.368,78	447.554.843,09	55,54	409.703.874,43	9,24
Inversões Financeiras	2.247.519,62	2.247.519,62	100,00	1.767.218,57	27,18
Amortização da Dívida	345.598.636,65	345.593.736,07	100,00	250.786.152,18	37,80
TOTAL DAS DESPESAS	8.500.860.669,09	7.878.060.958,75	92,67	6.881.997.454,84	14,47

Fonte: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil, Diretoria da Contabilidade Geral do Estado.

8

Quanto à composição da despesa, os grupos mais relevantes são “Pessoal e Encargos Sociais”, com participação de **56,74%** no total das despesas do período, bem como “Outras Despesas Correntes”, que corresponde a **31,51%** do montante empenhado em 2021, conforme evidenciado no gráfico a seguir.



1.2.1. DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes, categoria econômica que contém o registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental, totalizaram **R\$ 7.082.664.859,97** (sete bilhões, oitenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos) em 2021, ou seja, foram realizados **96,40%** do valor da despesa prevista. Na comparação com o exercício anterior, houve crescimento nominal de **13,87%**.

Nessa categoria, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram **R\$ 4.469.647.382,16** (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos) correspondendo a **99,02%** da previsão do Programa, além de aumento nominal de **8,60%** em relação a 2020.

Os Juros e Encargos da Dívida totalizaram **R\$ 130.254.723,25** (cento e trinta milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e três reais e vinte e cinco

9

centavos) em 2021, correspondendo a **99,99%** da previsão para o exercício. Houve acréscimo nominal de **18,81%** em relação ao ano anterior.

Por sua vez, o Grupo “Outras Despesas Correntes”, que contempla principalmente os gastos relativos à manutenção administrativa do Estado, totalizou **R\$ 2.482.762.754,56** (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) em 2021, que correspondem a **91,85%** do valor previsto. Na comparação com o exercício anterior, houve crescimento nominal de **24,50%**.

1.2.2. DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital totalizaram **R\$ 795.396.098,78** (setecentos e noventa e cinco milhões, trezentos e noventa e seis mil, noventa e oito reais e setenta e oito centavos) em 2021, o que equivale a **68,94%** da previsão para o exercício. Isto representa acréscimo nominal de **20,10%** em relação a 2020.

Esta categoria econômica é constituída pelos grupos “Investimentos”, que totalizaram **R\$ 447.554.843,09** (quatrocentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e nove centavos) em 2021, “Amortização da Dívida”, no montante de **R\$ 345.593.736,07** (trezentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e seis reais e sete centavos) e “Inversões Financeiras”, no valor total de **R\$ 2.247.519,62** (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos).

Na comparação com o exercício anterior, os Investimentos apresentaram acréscimo de **9,24%**; o dispêndio com a Amortização da Dívida foi acrescido em **37,80%**; e as Inversões Financeiras tiveram acréscimo de **27,18%**, em termos nominais.

1.3. DÍVIDA PÚBLICA

Em 2021 o saldo da Dívida Pública atingiu o montante de **R\$ 4.117.164.124,23** (quatro bilhões, cento e dezessete milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e três centavos) os desembolsos com amortizações e juros foram de **R\$ 475.847.216,37** (quatrocentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, duzentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos).

O Saldo final da dívida no exercício de 2021 apresenta um decréscimo na ordem de **3,28%**, em relação ao saldo existente em 31/12/2020, onde apresentou o montante de R\$

   10

4.256.584.635,67 (quatro bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

Os contratos indexados ao câmbio, que representaram **57,21%** do estoque da dívida contratada, apresentaram um acréscimo de **1,98%** passando de **R\$ 2.309.900.897,10** (dois bilhões, trezentos e nove milhões, novecentos mil, oitocentos e noventa e sete reais e dez centavos em 31/12/2020, para **R\$ 2.355.623.764,19** (dois bilhões, trezentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos) em 31/12/2021.

Do total da Dívida Consolidada do Estado, o Governo Federal é o maior credor, seja através do seu principal agente financeiro, o Banco do Brasil, seja com seus bancos de desenvolvimento socioeconômico e habitacional, como a Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, e com o Ministério da Fazenda nos parcelamentos previdenciários e de demais Tributos Federais.

A Dívida com o Governo Federal representa **42,79%** da Dívida Consolidada estadual interna.

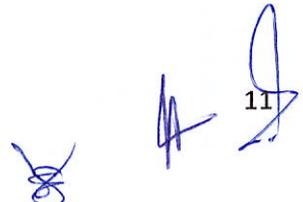
A Dívida Externa, compõe-se de contratos de financiamentos com organismos internacionais, destacando-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinado ao Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER.

2. AVALIAÇÃO PRELIMINAR SOBRE A EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO DE 2021.

O Programa é elaborado para o período de três anos e tem caráter rotativo. Utiliza somente as receitas e despesas das Fontes de Recursos do Tesouro.

Metas fixadas anualmente:

- 1 – Relação Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida;
- 2 – Resultado Primário;
- 3 – Despesas com Pessoal;
- 4 – Receitas de Arrecadação Própria;
- 5 – Gestão Pública;



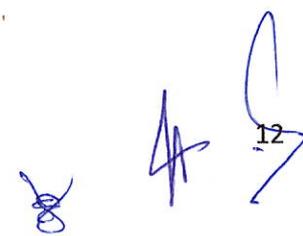
11

6 – Disponibilidade de Caixa.

As metas fiscais estabelecidas pelo Programa de Ajuste Fiscal tem sido nos últimos anos, um dos instrumentos utilizados pela Administração Pública Estadual que contribuem para a manutenção do equilíbrio das contas, do elevado nível de investimentos, principalmente na área de infraestrutura, capazes de melhorar o desempenho da economia local, estimulando a melhoria dos serviços públicos prestados à população, visando o crescimento sustentável e contínuo, além do aumento da produtividade e da qualidade das ações realizadas pelo Governo.

Quadro V - Comparativo entre o realizado e as metas estabelecidas

Meta	Valor Apurado	Sentido da Meta	Meta	Cumprimento
Meta 1 Dívida Consolidada/RCL (%)	62,52%	<=	72,98%	Sim
Meta 2 Resultado Primário	628	>=	586	Sim
Meta 3 Despesa com Pessoal (%)	58,84%	<=	57,00%	Não
Meta 4 Receitas de Arrecadação Própria	2.308	>=	1.931	Sim
Meta 5 Gestão Pública	-	-	-	Sim, conforme especificado no Quadro VI
Meta 6 Disponibilidade de Caixa	447	>=	26,3	Sim



12

Quadro VI - Especificação da Meta 5 - Gestão Pública

A meta 5 do Programa é alcançar em 2021 os seguintes compromissos:	Cumprimento
a) Encaminhar à STN, até o dia 30 de abril de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015;	Sim
b) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e	Sim
c) O Estado deverá rever as classificações orçamentárias e fiscais de suas empresas estatais dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado nº 43, de 2001.	Sim

3. REVISÃO DO PROGRAMA

Verifica-se que o Estado do Acre cumpriu com quase todas as metas estabelecidas no Programa para o exercício de 2021, com exceção da **meta 3 – Despesa com Pessoal**, que ultrapassou o limite fixado de **57,00%** da RCL, para o índice de **58,84%**.

Importante salientar que o atual cenário do Estado do Acre requer a adoção de medidas que contribuam para o equilíbrio fiscal e diminuição dos gastos públicos. Nesse contexto, observa-se avanço no cumprimento das metas analisadas neste relatório, em que pese os inúmeros fatores que dificultam a recuperação da situação fiscal do Estado.

Nesse sentido, ressaltamos que apesar do crescimento sistemático da receita própria, dada a atual conjuntura da situação econômico-fiscal do Estado, observa-se que ainda existe grande dependência financeira dos recursos que são repassados pela União, tanto os transferidos por força constitucional, quanto voluntária.

Por conta disso, considerando que tais receitas independem de qualquer ação ou gestão do Estado do Acre, entendemos que as metas para o período de 2022 a 2023 deverão ser revisadas, especialmente diante do grave quadro de crise fiscal ocasionado pela pandemia do COVID-19.

  13

Dessa maneira, considerando o exposto neste relatório, é esperado que o Estado do Acre seja considerado adimplente perante o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF, referente ao exercício de 2021.



Elson Afonso Chaves D'ávila
Secretário Adjunto do Tesouro Estadual



Eduardo Alves Maia Neto
Diretor da Contabilidade Geral do Estado



Silvia Silva de Souza
Departamento de Patrimônio e Consolidação Contábil